

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 10/03/2015

- [Novo Cadastro Nacional de Adoção começa a ser implantado](#)
- [Marco Legal da Primeira Infância será enviado ao Senado](#)
- [Ceará - entidades denunciam violações de direitos no sistema socioeducativo](#)
- [SUS pode ter quer ampliar exames contidos no teste do pezinho](#)
- [Casal muda a rotina e transforma casa em lar para dez meninas, em PE](#)

### Assunto: Novo Cadastro Nacional de Adoção começa a ser implantado

Fonte: CNJ

Data: 10/03/2015



Começam nesta segunda-feira (9/3) os procedimentos para implantação do novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Os principais objetivos do novo cadastro da Corregedoria Nacional de Justiça são sanar algumas dificuldades no preenchimento e modernizar a base de dados hoje oferecida. Para isso, simplifica operações e usa a tecnologia para possibilitar um cruzamento de dados mais rápido e eficaz das informações.

Diferente do sistema atual, no novo CNA apenas 12 itens são respondidos, tanto por parte dos pretendentes, como por parte das crianças. A alimentação do banco de dados continua a cargo das varas de infância e juventude.

Entre as opções estão dados básicos, como sexo, idade e etnia e as restrições vinculadas a doenças também estão disponíveis. Os adotantes deixam previamente determinado se aceitam crianças com doenças incuráveis, curáveis ou não detectáveis.

Com a nova tecnologia, no momento em que um juiz preenche a ficha de uma criança, ele já é informado pelo sistema se há pretendentes na fila de adoção para aquele perfil. O mesmo acontece se ele está preenchendo a ficha de um pretendente e há crianças que atendem àquelas

características.

Sempre respeitando a ordem estabelecida pela fila de adoção, após o cruzamento, em caso dos processos de pretendentes e crianças estarem em comarcas e varas diferentes, os dois juízes entram em contato para dar prosseguimento ao processo.

Para implantação do novo CNA, os juízes podem optar pela migração de alguns dados selecionados ou pela nova inclusão, já que o preenchimento foi muito simplificado.

**Sistemas de alerta** – Entre as principais novidades do sistema estão os sistemas de alerta. No momento do cadastro, o juiz não precisa dar nenhum comando para que o cruzamento seja feito, ele é automático. Caso haja um cruzamento positivo, um e-mail com esta informação é encaminhado aos responsáveis pelas inclusões.

Outra novidade é o sistema que avisa se uma criança e um pretendente aparecem há muito tempo como vinculados, mas não consta andamento no processo. Neste caso, os juízes são avisados também por e-mail e devem checar o que está acontecendo na hipótese.

<b>Assunto: Marco Legal da Primeira Infância será enviado ao Senado</b>
<b>Fonte: Portal Andi</b>
<b>Data: 10/03/2015</b>



Depois de um mês de espera e expectativa, o Plenário da Câmara dos Deputados finalmente rejeitou o recurso que questionava o caráter conclusivo da Comissão pela Primeira Infância, e confirmou a aprovação do Projeto de Lei 6.998/2013 e seu envio para apreciação do Senado.

A jornada não foi fácil. Apesar de obedecer ao regimento da casa, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não aceitou nenhuma das proposições recebidas durante o recesso parlamentar, entre elas o requerimento de retirada da assinatura de 39 deputados federais que tinham assinado ao recurso impetrado pelo deputado Guilherme Campos (PSD-SP). Uma articulação entre o presidente da Câmara e o autor do Marco Legal, deputado Osmar Terra (PMDB-RS), conseguiu garantir que o recurso que impedia o PL de seguir para o Senado estivesse na pauta do dia 25 de fevereiro.

De acordo com o consultor legislativo da Rede Nacional Primeira Infância Vital Didonet, houve uma ação bem articulada que conseguiu levar ao Plenário um grande número de parlamentares defensores da criança, bem informados sobre os acontecimentos que resultaram no Recurso e no Requerimento para retirar de tramitação o recurso. Vários deputados e deputadas se inscreveram para falar. “Os discursos foram consistentes, bem fundamentados em defesa do Projeto e de sua tramitação sem delongas”, afirmou Vital Didonet, que destacou a participação de três lideranças na ação de ontem. O deputado Osmar Terra, que falou com os líderes de quase todos os Partidos para que se posicionassem contra o recurso, a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Angélica Goulart, que articulou com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para pedir aos líderes dos Partidos da base do Governo que rejeitassem o Recurso, e a ex-Deputada Cida Borghetti, que foi presidente da Comissão Especial, e permaneceu no Plenário dialogando com os deputados. Além do trabalho do consultor legislativo Vital Didonet, e das assessoras parlamentares Ivana Ghesti-Galvão e Franciele Fonseca, do gabinete do deputado Osmar Terra.

### **Mobilização Nacional**

Apesar de não ter sido aceita formalmente, a conquista das assinaturas em número suficiente para derrubada do requerimento foi uma importante iniciativa de mobilização da sociedade civil organizada e mostrou aos congressistas a união em defesa da primeira infância. Além da Secretaria Executiva a Rede Nacional Primeira Infância, a iniciativa contou com a participação da rede do Movimento Pscanálise Autismo e Saúde Pública (MPASP), da Organização Mundial pela Educação Pré-escolar (OMEP) Baixada Santista, que mobilizou outras redes e grupos em todo o País e produziu uma carta, entregue junto com o Requerimento, com mais de duzentas assinaturas de organizações e profissionais; a Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhos Saudáveis, o UNICEF, que enviou uma mensagem assinada

pelo seu Representante no Brasil para todos os deputados que haviam assinado o Recurso e pediu aos escritórios nos Estados que fizessem contato direto com cada deputado de sua região e movimentassem sua rede de advocacy, além de outras organizações e instituições que ligaram para os deputados de seus estados e levaram o pedido de defesa dos direitos das crianças entre zero e seis anos. A campanha contou também com o apoio do presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, deputado Osmar Terra, e de sua equipe de assessores, que trabalharam ativamente pelo Marco Legal na Câmara dos Deputados.

Em janeiro, a RNPI divulgou uma carta aberta de apelo aos deputados federais e lançou uma campanha de sensibilização, com ampla adesão das organizações membro. A estratégia foi acionar pessoalmente cada deputado federal que havia assinado o recurso nº 335/2014, de autoria do deputado Guilherme Campos, do PSD de São Paulo, que questionava o caráter terminativo da Comissão Especial da Primeira Infância. O recurso determinava que o PL fosse debatido por todo o Plenário da Câmara, o que poderia atrasar sua tramitação em anos. As organizações telefonaram e enviaram a carta aberta para cada deputado, dialogaram e enfatizaram a importância do Marco Legal da Primeira Infância, a participação da sociedade civil organizada em sua elaboração e o interesse social pelo tema: a defesa e aprimoramento dos direitos das crianças entre zero e seis anos de idade.

Agora começa o trabalho de sensibilização dos Senadores sobre a importância da aprovação do Marco Legal da Primeira Infância para garantir a defesa e o cumprimento dos direitos das crianças entre zero e seis anos. Assim que chegar a nova casa, o PL será distribuído a uma das comissões de trabalho do Senado, para só então ser votado por todo o plenário.

**Assunto: Ceará - entidades denunciam violações de direitos no sistema socioeducativo**

**Fonte: Promenino**

**Data: 10/03/2015**

Promenino

Os números de violações aos adolescentes privados de liberdade nas unidades socioeducativas do Ceará são graves: durante todo o ano de 2014 e neste começo de 2015, aconteceram cerca de 30 rebeliões e a fuga de mais de 140 internos.

Para denunciar os maus-tratos e buscar soluções, a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), o Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e o Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) do Ceará apresentaram, no último dia 3 de março, uma petição à Comissão



Interamericana de Direitos Humanos. No documento, relatam casos sofridos pelos garotos que cumprem medidas socioeducativas no estado – situações infligidas da legislação imposta pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

De acordo o texto, a “superlotação supera os 400%, com fugas e motins diários”. A petição também pede, “de forma cautelar e urgente, que o Brasil adote todas as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade física dos adolescentes privados de liberdade no Ceará”, e que o Estado investigue tais acusações.

**Assunto: SUS pode ter quer ampliar exames contidos no teste do pezinho**

**Fonte: Agência Senado**

**Data: 10/03/2015**

SENADO FEDERAL



**A intenção do projeto é ampliar em todo o país o leque de doenças detectadas pelo teste do pezinho**  
**Venilton Kuchler/SESA**

O Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser obrigado a aumentar o número de exames feitos em recém-nascidos para detectar doenças graves. A senadora Ana Amélia (PP-RS) apresentou projeto que obriga o SUS a atualizar periodicamente o quadro de exames quando observadas evidências científicas de cada teste, considerando os aspectos epidemiológicos, étnicos, sociais, econômicos e éticos.

O Ministério da Saúde já obriga hospitais públicos e particulares a retirar uma gota de sangue do calcanhar de cada recém-nascido entre o terceiro e o sétimo dia de vida e submeter o material a exames de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doenças falciformes e outras hemoglobinopatias, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase.

— Esse rol de exames pode ser expandido, ressaltou Ana Amélia ao justificar o projeto de lei (PLS) 48/2015.

Países como França, Inglaterra e Alemanha examinam até 14 tipos de doenças. Nos Estados Unidos, o exame é expandido: chega a englobar 53 diagnósticos de doenças. No Brasil também há uma diferença grande entre as regiões. Enquanto no Norte e Nordeste os estados têm dificuldades de avançar no programa, em locais como o Distrito Federal já é possível o diagnóstico de mais de 50 doenças em um bebê.

— O teste do pezinho é fundamental para o tratamento de diversas doenças hereditárias. As autoridades sanitárias brasileiras devem ser estimuladas a atualizar periodicamente as

diretrizes do Programa Nacional de Triagem Neonatal, de forma que se expanda, de acordo com evidências científicas e recursos disponíveis, o rol de anormalidades do metabolismo a serem pesquisadas — disse Ana Amélia.

O projeto de Ana Amélia, se for aprovado, acrescentará ao artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) a previsão de que o número de exames deverá ser periodicamente revisto. O texto deve ser avaliado de maneira terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, ou seja, caso seja aprovado e não houver recurso para votação no Plenário, sairá da CAS direto para análise da Câmara dos Deputados.

**Assunto: Casal muda a rotina e transforma casa em lar para dez meninas, em PE**

**Fonte: G1 PE**

**Data: 10/03/2015**



Um casal em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, mudou a rotina para embarcar em um novo projeto de vida e dar um lar para dez meninas, que chegaram até eles encaminhadas por conselhos tutelares e pela Justiça. Sem financiamento público, eles buscam dar mais do que um abrigo, buscam dar uma família para elas, como mostrou o **NETV 1ª Edição** desta terça-feira (10).

Todas têm em comum histórias tristes. Algumas se envolveram muito cedo com drogas, prostituição. Outras foram abusadas sexualmente ou agredidas, maltratadas por quem tinha a obrigação de cuidar delas. “Eu fazia coisas que não devia, roubava, já assaltei. Já fiz tanta coisa que não era para fazer, comecei a usar droga. Meu pai foi inventar de roubar e foi preso”, conta uma das meninas, de apenas 12 anos.

Outras chegaram até mesmo a vender o próprio corpo para alimentar o vício. “Usava tudo: maconha, crack, pó, remédio para ficar dopada, saía pela rua, o que eu encontrasse, eu bebia, ficava de graça. Eu me vendia para os caras, trocava meu corpo, usava meu corpo para poder usar droga”, recorda uma delas.

Na casa da artista plástica Vânia Bandeira e do funcionário público Denys Bandeira, elas encontram uma família. Vânia deixou a profissão de lado para se dedicar às novas filhas. Denys trabalha apenas um turno. São dois anos de aprendizado, onde a paciência se torna essencial para caminharem como uma grande família.

“Apesar de caminharmos juntos, a gente respeita a individualidade delas. Tem a diferença de idades, temos grupos de irmãs, aí uma protege, cada uma tem o seu contexto, seus hábitos. Hoje, eu vejo que toda nossa vida, desde a minha infância, o casamento, quando a gente constituiu família, tudo foi um preparo para hoje”, acredita a artista plástica.

Desde junho de 2013, na família só sai se todos puderem ir. “Para onde vamos, sempre é assim, uma caravana. Vão todos, seja para casa de amigos, para a casa de meus pais, qualquer festividade, nós só vamos se couber todo o grupo porque nos vemos como uma família”, explica Denys.

As dez estão na escola. Todas passaram por média e, durante as férias, brincaram e se divertiram como deve, ser porque é direito de todas as crianças. Antes, as meninas só conheciam o hoje. Agora, fazem planos. “Quando olho para minha vida, pareço outra pessoa. Depois que eu entrei aqui nessa casa, descobri o valor que eu tenho e não quero mais nunca aquela vida que foi de muito sofrimento para mim”, afirma uma das jovens, que tem 16 anos.

Fazer planos para o futuro se tornou uma realidade palpável. “É um sonho que está se realizando, você poder andar numa casa num dia de chuva e não se molhar, não precisar ficar pendurada em cima de uma cama, isso é diferente. Você ter uma família, poder conviver em família, poder dormir, não acordar com seu pai e sua mãe brigando, batendo um no outro e ter que chamar a polícia ou se meter no meio para apartar a briga. Quero ir para a faculdade, quero ter um carro, uma casa, uma família, quero viajar muito, falar outros idiomas, quero fazer muita coisa”, conta outra das filhas adotivas do casal, de 13 anos.

Ver essa transformação acontecer, a dignidade dessas meninas sendo restaurada, isso não tem preço, acredita Vânia. “A gente entende que marcou a vida delas e elas marcaram a nossa para sempre”, aponta a artista plástica.